

**HABEAS CORPUS Nº 481.336 - SE (2018/0317999-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDGAR PATROCÍNIO DOS SANTOS JÚNIOR - SE003283**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**PACIENTE : JADSON DOS SANTOS RODRIGUES**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JADSON DOS SANTOS RODRIGUES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido, em primeira instância, das reprimendas do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs recurso de apelação, provido nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 39):

*APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06) - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – – PLEITO DE CONDENAÇÃO DE DOS APELADOS – MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS – DEPOIMENTOS DE POLICIAIS VÁLIDOS E IMPRESCINDÍVEIS – PRECEDENTES DESTA CORTE – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A ENSEJAR A CONDENAÇÃO – DOSIMETRIA FIXADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

Na presente impetração, a defesa assere que "a celeuma levada a esta instância versa sobre a não expedição de guia de execução provisória para o paciente, provocando a impossibilidade do juízo de execução penal apreciar direitos, como, por exemplo, a progressão de regime" (e-STJ fl. 3).

Afirma que "estabelecido o regime aberto ou semiaberto como o inicial para o cumprimento de pena, a decretação da prisão preventiva inviabiliza o direito de recorrer em liberdade, na medida em que impõe a segregação cautelar ao recorrente, até o trânsito em julgado, sob o fundamento de estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva insertos no art. 312 do CPP. Ao admitir essa possibilidade, chegaria ao absurdo de ser mais benéfico ao réu renunciar ao direito de recorrer e iniciar

imediatamente o cumprimento da pena no regime estipulado do que exercer seu direito de impugnar a decisão perante o segundo grau" (e-STJ fl. 5).

E ainda aduz que "em que pese a inolvidável competência e o zelo profissional externados pela eminente magistrada prolatora, a douta decisão de sua lavra caracteriza manifesto constrangimento ilegal, vez que determina a prisão de condenado em regime mais gravoso do que o previsto no decreto condenatório" (e-STJ fl. 9).

Assim, pugna pela revogação da determinação de prisão do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 52/54.

Informações prestadas às e-STJ fls. 60/66.

Parecer ministerial pela prejudicialidade da impetração à e-STJ fl. 68.

É, em síntese, o relatório.

Conforme consta das informações prestadas às e-STJ fls. 60/66, "já foi gerada Guia de Execução, sendo gerado o processo de execução nº 201820703685 no qual o paciente foi posto para cumprir pena, excepcionalmente no regime aberto, tendo sido colocado em liberdade no dia 07/12/2018, conforme documentação que segue em anexo".

Nessas circunstâncias, havendo a expedição de guia de execução e consequente concessão de benefícios ao paciente, o presente *habeas corpus* – que objetivava, justamente, tais providências – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator